IV Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición

Em nome da defesa da divulgação científica: a Biblioteca Científica Brasileira e ação pedagógica do Instituto Nacional do Livro na promoção da ciência nacional (1940-1950)

Mariana Rodrigues Tavares¹
Rio de Janeiro, Brasil.
historia.mari@gmail.com

Resumen:

Esta apresentação se destina a apresentar uma breve análise a respeito da Biblioteca Científica Brasileira publicada pelo Instituto Nacional do Livro entre os anos de 1940 e 1950. Como metodologia, analisaremos as obras da coleção, em especial, as que se referem propriamente as questões sanitárias e médicas juntamente com o cruzamento de informações a respeito dos convênios existentes entre o Instituto Oswaldo Cruz e o próprio Instituto Nacional do Livro. Deste modo, a coleção que nos interessa é a Biblioteca Científica Brasileira, mais particularmente, as obras que se referem propriamente às questões médicas e sanitárias. Editada entre os anos 1940 e 1950, a coleção se destinava a suprir as carências dos "problemas urgentes de nossa cultura técnica e científica". Dividida em duas séries, A e B, a Biblioteca Científica contemplava em seu primeiro conjunto de livros toda a contribuição científica original, referente de modo particular ao nosso país. Na série B estavam contempladas as traduções de obras estrangeiras, isto é, os trabalhos considerados fundamentais sobre os diversos ramos da ciência e da técnica. Neste sentido, o escopo e a atuação desta pesquisa pretendem oferecer aos interessados em História das instituições, grupos e trajetórias científicas, bem como, aos estudiosos do livro e da leitura, uma contribuição inovadora para compor mais um capítulo da história da divulgação científica no Brasil tendo como protagonista a figura institucional do Instituto Nacional do Livro.

¹Pós-doutoranda e bolsista em História da Ciência e Divulgação Científica na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFF (PPGH-UFF) com a tese intitulada "*A ACLAMAÇÃO DAS LETRAS*: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX" com financiamento da Capes (2016-2020). E-mail: historia.mari@gmail.com.

Palabras clave: Biblioteca Científica Brasileira; Instituto Nacional do Livro; Divulgação científica.

Não é fácil tratar de prática sanitária rural nas páginas de um livro, porque tal prática, à maneira de muitas outras, envolve relações humanas e reações pessoais, além do conhecimento de fatos concretos. Ademais, prática sanitária é expressão mais ampla do que administração sanitária e seu estudo exige o concurso de muitas especialidades, algumas das quais têm apenas em comum o fato de se ocuparem, como todas as outras, de problemas de saúde pública (Mustard, Harry S. Prefácio. *Prática Sanitária Rural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p.IX-X).

O pequeno trecho em epígrafe faz parte do prefácio que compõe o segundo volume da *Biblioteca Científica Brasileira*, série B, intitulada *Prática Sanitária Rural* de autoria do doutor em medicina, professor de Prática Sanitária e diretor da Escola de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Columbia, Harry Mustard. A *Biblioteca Científica Brasileira* foi organizada pelo Instituto Nacional do Livro (INL) ao longo das décadas de 1940-1950. Pautada a partir de um convênio do *Science Service* do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos, o referido programa editorial propunha a tradução de diversas obras científicas, didáticas e técnicas voltadas ao público a preços módicos e tendo por finalidade proporcionar aos estudantes universitários um aporte teórico que auxiliasse a sua formação. Paralelamente a escrita do jornalista, educador e médico Fernando Tude de Souza, o periódico "O Brazil-Médico" de 1948 trouxe um comentário louvando a iniciativa editorial do Instituto Nacional do Livro e destacava a importância da tradução da obra de estreia da coleção, o *Tratado de Bacteriologia* de Hans Zinsser e Bayne-Jones (Brazil-medico, 21 e 28 de fevereiro de 1948).

As origens do Instituto Nacional do Livro remontam os projetos governamentais em prol da cultura encampados por Getúlio Vargas. Por iniciativa do então ministro da Educação Gustavo Capanema, o presidente Getúlio Vargas decretou a transformação do Instituto Cayrú em Instituto Nacional do Livro, tendo o novo órgão a mesma sede de seu antecessor, a Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Suas funções, descritas no Decreto Lei nº93 de dezembro de 1937,² foram ampliadas a partir

_

²Para maiores detalhes ver o Decreto Lei de criação do Instituto Nacional do Livro: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-public acaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20do,180%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 03 out.2021.

deste momento e, para alcançar os seus objetivos, o INL passou a contar com três seções técnicas: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário cuja responsabilidade era a organização e a publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário de Língua Nacional; a Seção de Publicações cujo encargo era a "edição de obras raras ou preciosas ³", de interesse para a formação cultural do povo brasileiro, além de adotar medidas para o barateamento, aumento e melhoria das edições de livros, e igualmente promover a importação de livros; e, por fim, a Seção de Bibliotecas cujo dever era incentivar, organizar e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território brasileiro. Pesquisas recentes evidenciam⁴ que o Instituto Nacional do Livro (INL) foi, durante mais de meio século, o órgão do Estado brasileiro responsável pelas políticas públicas associadas a questões culturais e educacionais. Por meio de ações como publicação de novos autores – particularmente indivíduos que atuavam como funcionários públicos nos mais diversos setores do Estado -, o estabelecimento de prêmios literários, a criação de programas editoriais de coleções e coedições e o planejamento de obras de cunho nacional, o INL contribuiu fortemente para a configuração de um mercado de produção e circulação do livro no Brasil (Tavares, 2020)⁵.

No âmbito dos livros do Instituto Nacional do Livro, a coleção que nos interessa é a *Biblioteca Científica Brasileira*, mais particularmente, as obras que se referem propriamente às questões médicas e sanitárias, tais como a Prática Sanitária Rural, de autoria de H.S. Mustard, e Saneamento Urbano e Rural, de V.M. Ehlers e E.W. Steel. Editada entre os anos 1940 e 1950, esta coleção se destinava a suprir as carências dos "problemas urgentes de nossa cultura técnica e científica". Dividida em duas séries, A e B, a Biblioteca Científica contemplava em seu primeiro conjunto de livros toda a contribuição científica original, referente de modo particular ao nosso país. Na série B estavam contempladas as traduções de obras estrangeiras, isto é, os trabalhos

³Decreto-Lei, nº93 de dezembro de 1937.

⁴Para maiores detalhes ver: TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível*: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2016 e TAVARES, Mariana Rodrigues. *A Aclamação das Letras*: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX. Tese de doutorado em História Social. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2020.

⁵TAVARES, Mariana Rodrigues. *A Aclamação das Letras*: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX. Tese de doutorado em História Social. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2020.

considerados fundamentais sobre os diversos ramos da ciência e da técnica. Paralelamente a esta última, foi criada a Coleção do Estudante, série suplementar da Biblioteca Científica Brasileira, estabelecida em novembro de 1945, destinando-se a publicar obras básicas para o ensino nos cursos superiores" (Revista do Livro, 1956).

Sobre os cursos superiores, sabe-se que na década de 1950 o Brasil contava com apenas cerca de pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação era inexistente. A Capes surgiu em 1951, inicialmente como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. Pouco tempo mais tarde, em 1953, a Capes implantou o Programa Universitário, cuja característica comum foi a contratação de professores seniores para a dinamização das atividades acadêmicas. Este é um momento de expansão do sistema universitário no país (Venancio; Wegner, 2018)⁶. Nesse contexto, a Biblioteca Científica representa uma amostra do que os cientistas consideravam relevante compartilhar entre a comunidade científica e divulgar para o público.

O que se destaca na Biblioteca Científica Brasileira em suas três obras iniciais são os títulos dedicados à temática da bacteriologia e os assuntos relativos ao saneamento urbano e rural. Para além da função *pedagógica* pertinente à ação do Instituto Nacional do Livro no âmbito das políticas editoriais, observa-se no cerne deste debate a preocupação com a questão sanitária e a profilaxia de doenças.

Com o advento da República houve um período de transição para a proposta de uma educação nacional. No Brasil do período existia quadros epidêmicos que se propagavam com um volume substancial de mortes provocadas pela disseminação de doenças como a febre amarela, tifo, difteria, peste bubônica, lepra entre outras. Esta situação agravava os problemas econômicos brasileiros, representando perdas significativas para um país agrário-exportador como o Brasil. Como forma de conter o avanço das mazelas, medidas precisavam ser empregadas para reverter esta situação, tendo da figura do Estado seu agente primordial de contenção (Maia; Silva, 2016, p.120)⁷.

⁷Maia, Helio José Santos; Silva, Maria Abádia da. Educação e sanitarismo no Brasil, um projeto eugenista realizado. *Revista Latino-Americana de História*. Vol.5, n.15, julho de 2016.

⁶Venancio, Giselle; Wegner, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto. Debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.34, n.66, p.729-762, set/dez.2018.

As primeiras grandes modificações no âmbito da saúde pública aconteceram no Brasil entre os anos de 1902-1904, durante a presidência Rodrigues Alves. Tais transformações aconteceram numa conjuntura de pressão devido ao grande índice de obituários provocados pelas epidemias de febre amarela, varíola e peste. Este cenário tonava-se mais grave em decorrência da desorganização existente entre os serviços de higiene federais e os serviços municipais, quase em sua totalidade inexistentes, excetuando-se o estado de São Paulo (Hochman, 2013, p.93)⁸. A partir de 1904 foi criada a legislação sanitária deixando sob a responsabilidade da União todos os serviços relativos à higiene, pertencentes até então a esfera dos municípios, englobando os médicos do município e funcionários da limpeza urbana, todas as ações de profilaxia de doenças infecciosas (Hochman, 2013, p.94). Segundo Gilberto Hochman (2013), nesta fase inicial a conscientização sanitária encontrava-se pouco difundida socialmente, e ficou restrita aos grupos médicos e higienistas, aspecto este que foi vencido paulatinamente com o avanço das campanhas sanitárias, a extinção da febre amarela e a ampliação da capacidade coercitiva do Estado.

Do ponto de vista que aqui se analisa, pode-se verificar na política de ação editorial do Instituto Nacional do Livro, além de um projeto pedagógico literário, uma ação eugênica por parte do Estado brasileiro. Ainda que atento aos programas universitários e procurando atender as demandas dos profissionais e técnicos na área de saúde, observa-se na política de educação e formação sanitária a conformação de um discurso com o viés de controlar dos corpos a partir da difusão da prática sanitária. Um exemplo notório pode ser identificado no prefácio da obra de Harry S. Mustard intitulada "Prática Sanitária Rural", apresentado inicialmente. Uma análise dos paratextos editoriais que compõe esta obra e outras publicadas pela coleção pode elucidar essas questões apontadas até este momento:

1- Referência Bibliográfica

MUSTARD, Harry S. **Prática sanitária rural**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 [MEC/INL. Biblioteca Científica Brasileira, série B – II].

2- Peritexto editorial:

2.1 – Formato:

⁸Hochman, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2013.

⁹Mustard, Harry S. *Prática Sanitária Rural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Biblioteca Científica Brasileira. Série B – II.

16cmx24cm - não é formato de bolso

2.2 - Coleção:

Biblioteca Científica Brasileira, série B – II

2.3 - Capa:

Edição em capa dura

2.4 – Página de rosto:

Contém indicações do autor: Harry S. Mustard – "Doutor em Medicina; Professor de Prática Sanitária (Fundação de Lamar) e diretor da Escola de Saúde Pública da Faculdade de Medicina, Universidade de Columbia, cidade de Nova York" – Destaque do reconhecimento do autor e inserção social da obra.

Indicações do tradutor: "Tradução da Sociedade Brasileira de Higiene revista por E. Jansen de Mello – Médico sanitarista do Ministério da Educação e Saúde; Doutor em Saúde Pública pela Universidade Johns Hopkins, EUA".

Título do original norte-americano: RURAL HEALTH PRACTICE – Copyright – 1956 – DE – The Commonwealth fund. Publicado em dezembro de 1936 e reimpresso em novembro de 1938.

2.5 - Composição/tiragem:

3.000 exemplares. 1ª edição brasileira.

3- Lugar do nome do autor:

Centralizado e abaixo do título em caixa alta.

4- Título

4.1- Lugar:

Centralizado e em Caixa alta.

5- Dedicatória da obra:

Dedicada a "A.L.L. Lumsden, M.D – pioneiro em saneamento rural, realista em administração sanitária e epidemiologista por excelência".

6- Prefácio (s): Nota sobre a tradução brasileira feita por E.J.M e prefácio de H.S.M.

7- Intertítulos

7.1- Conteúdo:

Obra dedicada ao estudo da prática sanitária em zonas rurais. Intenta formar técnicos sanitaristas especializados no atendimento destas regiões.

7.2 - Capítulos:

Organizado em 28 capítulos.

7.3 – Temas:

Departamento Estadual de Saúde;

Regulamento do serviço sanitário local;

Organização do serviço sanitário local;

Planejamento do programa local de saúde;

Educação sanitária e organização da comunidade;

Coleta de dados bioestatísticos;

Tabulação dos dados;

Serviço de higiene escolar;

Higiene pré-natal;

Problemas de saúde pública na primeira e segunda infâncias;

Controle de doenças transmissíveis;

Doenças transmissíveis: febre tifoide; sífilis; tuberculose;

Programa antituberculoso rural;

Saneamento rural;

Remoção dos dejetos na zona rural;

Higiene e saneamento na escola.

1- Referência Bibliográfica

EHLERS, Victor M, C.E; STEEL, Ernest W, C.E. **Saneamento urbano e rural**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

2- Peritexto editorial:

2.1 - Formato:

16cmx23cm - não é formato de bolso

2.2 - Coleção:

Biblioteca Científica Brasileira, série B – III

2.3 - Capa:

Contém indicações do autor: "Victor Ehlers – Engenheiro sanitário chefe do Departamento Estadual de Saúde do Texas" e "Ernest Steel – Professor de engenharia Municipal e Sanitária da Escola de Agricultura e Mecânica do Texas".

Indicações do tradutor: "Marcelo Teixeira Brandão – Engenheiro do Ministério da Educação e Saúde e Livre-docente da Cadeira de Higiene e Saneamento da Escola Nacional de Arquitetura. Professor de Hidráulica da Escola Politécnica da Universidade Católica".

2.4 – Página de rosto:

Repetição das informações da capa.

2.5 - Composição/tiragem:

4000 exemplares. 1ª edição brasileira. Título do original norte-americano: Municipal and Rural Sanitation. Copyright 1927, 1937, 1945 de McGraw-Hill book Company, Inc.

3- Lugar do nome do autor:

Centralizado e abaixo do título em caixa alta.

4- Título

4.1- Lugar:

Centralizado e em Caixa alta.

5- Dedicatória da obra:

Sem dedicatórias.

6- Prefácio (s):

Prefácio do tradutor e dos autores.

7- Intertítulos

7.1- Conteúdo:

Obra dedicada ao estudo da prática sanitária em zonas rurais. Aborda as questões de organização e estrutura dos ambientes rurais.

7.2 – Capítulos:

Organizado em 27 capítulos.

7.3 – Temas:

Doenças transmissíveis;

Noções fundamentais sobre coleta e destino dos dejetos;

Destino dos dejetos sem transporte hídrico;

Destino dos dejetos com transporte hídrico;

Características gerais da água;

Tratamento da água;

Proteção das águas de abastecimento;

Coleta de lixo;

Destino do lixo:

Características dos mosquitos;

Método de combate aos mosquitos;

Combate às moscas;

Combate aos roedores;

Higiene do leite;

Higiene alimentar;

Instalações hidráulicas domiciliares;

Ventilação e condicionamento do ar;

Luz;

Habitação;

Higiene escolar;

Higiene industrial;

Acampamentos de turistas;

Higiene das piscinas;

Problemas diversos;

Desinfecção;

Bioestatística;

Organização sanitária;

Febre tifoide.

1- Referência Bibliográfica

ZINSSER, Hans; BAYNE-JONES, Stanhope. **Tratado de Bacteriologia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

2- Peritexto editorial:

2.1 – Formato:

16cmx23cm – não é formato de bolso

2.2 - Coleção:

Biblioteca Científica Brasileira - série B - I

2.3 - Capa:

Sem indicação dos autores e tradutores.

2.4 - Página de rosto:

Repetição das informações da capa;

2.5 - Composição/tiragem:

4000 exemplares. 1ª edição brasileira.

Título original do norte-americano "A Textbook of Bacteriology – copyright 1934,1935, 1937 e 1939".

3- Lugar do nome do autor:

Centralizado em caixa alta abaixo do título.

4- Título

4.1- Lugar:

Centralizado e em caixa alta.

5- Dedicatória da obra:

Dedicado à memória de Philip Hanson Hiss, Jr., M.D.

6- Prefácio (s):

Prefácio do diretor do INL: Augusto Meyer; Arlindo Assis e dos autores.

7- Intertítulos

7.1- Conteúdo:

Tratado de leis e técnicas fundamentais da Bacteriologia aplicadas ao estudo das bactérias patogênicas.

7.2 – Capítulos:

Organizada em 73 capítulos

7.3 – Temas:

Esboço e finalidade da Bacteriologia;

Morfologia geral das bactérias;

Crescimento das bactérias;

Composição química das bactérias;

Metabolismo bacteriano;

Doenças infecciosas;
Estafilococos;
Estrepitococos;
Escarlatina;
Resfriados e pneumonias;
Influenza;
Doenças causadas pelo Hemophilus;
Bacilos infecciosos;
Meningite;
Difteria;
Tuberculose;
Lepra;
Bacilo do Mormo;
Salmonella;
Febre tifoide;
Cólera;
Febre ondulante;
Peste;
Feridas;
Intoxicação alimentar;
Febre maculosa;
Sífilis;
Leptospiroses;
Bolores;
Dermatomicoses;
Vírus;
Viroses de plantas e animais;
Vacinas;
Poliomielite;
Febre amarela,
Dengue;
Psitacose;
Meios de cultura;
Imunologia;
Sorologia.

A partir das apresentação dos conteúdos destas obras e compreendendo o envolvimento de personalidades ligadas à órbita da higiene e do sanitarismo como a

figura de Harry Mustard, médico e professor de Prática Sanitária da Escola de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Columbia, e a do médico sanitarista do Ministério da Educação e Saúde, tradutor da obra, E. Jansen de Mello, o prefácio de *Prática Sanitária Rural* exaltava a ação dos "higienistas patrícios", tais como Carlos Chagas que "realizavam uma obra imortal de piedade humana, e vos constituístes, na assistência profissional das gentes que trabalham e que produzem, um dos grandes fatores da riqueza nacional" (Mello, 1947).

Desde 1934 a força do movimento eugênico no Brasil foi tão expressiva que a Constituição deste ano apresenta em seu artigo 138, mencionava que seria da incumbência da União, dos Estados e dos Municípios, entre outros, o de "estimular a educação eugênica" (Maia; Silva, 2016). Junto da Constituição, diversos trabalhos na área de saneamento e educação foram publicados como os de Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1922) e o de Nilo Chaves de Brito Bastos (1950), para citar alguns exemplos.

Resumidamente, pode-se dizer que a política editorial de promoção da educação sanitária visava a formação de professores e técnicos de saúde pública destinados à difusão da mentalidade pedagógica da higienização dos corpos e dos espaços urbanos, e sobretudo, os rurais, considerados pertencentes a outras raças e compondo um verdadeiro labirinto (Bastos, 1950)¹⁰.

Bibliografia

Bastos, Nilo Chaves de Brito. *Educação Sanitária no Brasil*. Arq. Fac. Hig. S. Púb. Univ. São Paulo, 4 (2), 1950.

Decreto Lei de criação do Instituto Nacional do Livro: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20do,180%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. [03 de outubro de 2021].

Ehlers, Victor M, C.E; Steel, Ernest W, C.E. *Saneamento urbano e rural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

Hochman, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.

¹⁰Bastos, Nilo Chaves de Brito. *Educação Sanitária no Brasil*. Arq. Fac. Hig. S. Púb. Univ. São Paulo, 4 (2), 1950.

Maia, Helio José Santos; Silva, Maria Abádia da. Educação e sanitarismo no Brasil, um projeto eugenista realizado. *Revista Latino-Americana de História*. Vol.5, n.15, julho de 2016.

Mustard, Harry S. Prefácio. *Prática Sanitária Rural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p.IX-X.

Tavares, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível*: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2016

Tavares, Mariana Rodrigues. *A Aclamação das Letras*: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX. Tese de doutorado em História Social. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2020.

Venancio, Giselle; Wegner, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto. Debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.34, n.66, p.729-762, set/dez.2018.

Zinsser, Hans; Bayne-Jones, Stanhope. *Tratado de Bacteriologia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.